

SÉRGIO CABRAL

Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

As lições da Copa

Enquanto Donald Trump incensa o ICE, a polícia migratória dos Estados Unidos, com perseguições, agressões e invasões de domicílios de imigrantes, os estádios dos jogos da Copa do Mundo dão uma lição de pluralidade e convívio entre diversas culturas, raças, origens geográficas e religiões.

Essa é a Copa do Mundo, segundo a FIFA, com a maior bilheteria da sua história. Todos os jogos das 48 seleções com estádios cheios, quando não, com a capacidade total ocupada.

Isso não se deve apenas aos turistas com recursos e condições de viajar e passar dias ou semanas na cola de suas seleções. Sobretudo, porque os Estados Unidos foi e é uma nação forjada na pluralidade de imigrantes que foram em busca de uma vida nova na América, a terra das oportunidades. Uma marca do país ao longo do século XIX, XX e XXI, até a chegada à Casa Branca de Donald Trump.

Os imigrantes, filhos e netos de ori-

gem sul-americana, asiática, africana, árabe, enfim, cidadãos americanos. Eles são os maiores responsáveis pelo sucesso de bilheteria nos jogos da Copa do Mundo.

Os turistas brasileiros se misturam com os brasileiros e filhos e netos dos nossos compatriotas que residem nos Estados Unidos, para formar a grande torcida brasileira nos estádios da Copa.

Aliás, hoje, temos um desafio contra o Japão. Um país incrível. Visitei-o como governador, em 2008. Trouxemos a fábrica da Nissan para Resende, entre outras empresas japonesas.

Fui recebido pelo atual Imperador Naruhito, no Palácio Imperial. Aqui no estado do Rio de Janeiro, fui presidente de honra da Comissão dos 100 anos da imigração japonesa no Brasil, em 2008.

Em visita ao Rio, no mesmo ano, retribuí com um almoço em homenagem ao Imperador Naruhito, no Palácio das Laranjeiras. Plantamos, juntos, um Ipê e uma cerejeira nos jardins do palácio.

Admiro o povo, a história e a cultura japonesas. Mas não posso ser cínico: hoje, a feijoada vai ganhar do sushi! Brasil!!!!

frente a Coreia do Sul e México. À Coreia (US\$ 10,8 bi), vendemos óleo bruto (32,6%) e compramos chips e eletrônicos que superam 20% da pauta. Enquanto Seul lucra globalmente com o valor intangível do K-Beauty, o ecossistema brasileiro assiste passivamente. Com o México (US\$ 13,6 bi), ficamos presos a autopeças de matrizes estrangeiras, exportando pífios US\$ 16,8 milhões em móveis no varejo. O descompasso se repete com a Tchêquia (US\$ 1,0 bi), onde fornecemos insumos mecânicos básicos, e com a África do Sul (US\$ 2,2 bi), limitados a aves e petróleo, ignorando a união da SACU para distribuir marcas nacionais.

A ironia é que o mercado mundial busca sustentabilidade e saudabilidade, verticais bilionárias onde lideramos em insumos. No entanto, o cacau brasileiro ainda vira chocolate premium estrangeiro e nossos óleos essenciais retornam em frascos de luxo. Vendemos o ingrediente a granel e compramos a marca, o design e a propriedade intelectual. Esse é o jogo de alto nível que a diplomacia corporativa precisa passar a disputar com urgência.

Para virar esse placar histórico e atingir a soberania econômica, o Brasil deve mudar sua postura tática, abandonando a passividade. O caminho exige ação coordenada para projetar pequenas e médias empresas no varejo internacional via hubs mundiais estruturados. É hora de deixar de ser o eterno fornecedor de commodities para as indústrias alheias. Precisamos parar de exportar apenas o couro da bola e passar a dominar a tecnologia nela embutida, enxergando o mercado e o esporte modernos como ecossistemas indissociáveis de inovação. Este é o verdadeiro caminho para a vitória.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas

A velhice precisa ser escutada

Dona Lucy tem falado muito sobre a morte. Aos 87 anos, perdeu os dois filhos mais novos e o marido, Oswaldo, com quem foi casada por seis décadas. Antes disso, já havia visto partir praticamente todas as irmãs. Não é “coisa de velho”. É luto acumulado. Dona Lucy é minha avó.

Quando um idoso fala muito dos que se foram, a família pode encarar como repetição, tristeza ou assunto pesado demais para a hora do almoço. Mas há uma idade em que a vida passa a ser feita também de ausências. O que parece repetição pode ser uma forma de dar lugar às perdas que chegaram em sequência.

Nascida nos anos 1930, Dona Lucy cresceu em um Brasil em que aprender a ler não era destino garantido. Em 1940, menos da metade da população de 15 anos ou mais era alfabetizada. Ela não teve a oportunidade de frequentar a escola.

Por não saber ler nem escrever, dependeu do marido para quase tudo que exigisse papel, banco, documento e assinatura. Quando precisava assinar algo, treinava dias antes, aflies. O analfabetismo era um assunto tabu na família. Todos respeitavam. Ninguém tocava no assunto.

Em 2021, já viúva e octogenária, começou a ter aulas de alfabetização com uma professora particular. Foi a forma que encontrou de viver nos tempos atuais sem o companheiro de uma vida inteira.

Hoje, Dona Lucy mora sozinha. Preserva parte importante da própria autonomia: cozinha, cuida da casa e tem a companhia de Amora, sua cachorrinha. Mas morar sozinha não significa estar só. Há sempre um familiar por perto, acompanhando, ajudando, resolvendo o que já não é tão simples.

A velhice trouxe novas dependências. Quando precisa de ajuda, diz que está incomodando. Para ela, pedir ajuda nunca foi fácil.

Segundo o IBGE, pessoas com 60 anos ou mais já representam 41,2% de quem vive sozinho no Brasil; entre as mulheres que moram sozinhas, 56,5% são idosas.

Morar só não é sinônimo de abandono. Mas é uma condição que exige atenção. A Organização Mundial da Saúde criou, em 2023, uma comissão internacional para tratar a solidão e o isolamento social como questões de saúde pública.

Não é exagero. O isolamento social prolongado está associado a impactos na saúde física e mental, na qualidade de vida e na longevidade. Em idosos, pode aumentar

os riscos de depressão, declínio cognitivo e morte precoce.

O medo de incomodar é uma das formas mais silenciosas do sofrimento na velhice. Dona Lucy não diz que está triste. Diz que não quer dar trabalho. Multiplicado por milhões de idosos pelo Brasil, isso ajuda a explicar por que tanta dor passa despercebida: em vez de pedir ajuda, muitos preferem se calar.

Esse silêncio também tem gênero. Muitas mulheres chegam à velhice depois de uma vida inteira cuidando dos outros. Dona Lucy cuidou da casa, dos filhos e, mais tarde, da própria mãe, idosa e com Alzheimer — minha bisavó, que tive o privilégio de conhecer. Para mulheres da sua geração, cuidar quase nunca foi escolha. Era apenas o que se fazia. Hoje, fazer o caminho inverso, e aceitar ser cuidada, não tem sido nada fácil.

O Brasil está envelhecendo rápido. Segundo o Censo 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais cresceu 57,4% em doze anos. O país terá cada vez mais idosos vivendo sozinhos, lidando com lutos sucessivos, perda de autonomia e redes familiares reorganizadas.

É justamente a família que costuma ser a primeira a perceber essas mudanças. Um filho acompanha ao médico, um neto leva ao banco, alguém compra remédio, resolve o aplicativo, atende a ligação repetida. Tudo isso importa, mas não deveria ser a única rede de apoio.

O governo federal tem programas voltados à população idosa, como o Envelhecer nos Territórios, que forma agentes de direitos humanos para mapear violações e necessidades de pessoas idosas em municípios brasileiros. Mas o orçamento de maior peso, anunciado há poucos dias, é o Padi Brasil: R\$ 500 milhões até 2027 para levar equipes de saúde até a casa de idosos com limitações funcionais. O foco é o corpo que precisa de cuidado, não a mente que sofre.

Pode haver, na ponta, profissionais atentos a esse sofrimento. Mas saúde mental não é prioridade estruturada do programa. Não surpreende. Surpreendente será o dia em que isso mudar no Brasil.

Diante disso, talvez a primeira mudança não dependa de programa nenhum: dependa de escutar. Dona Lucy não é apenas uma senhora que fala muito sobre a morte. É uma mulher que viveu o suficiente para acumular despedidas que muitos de nós ainda não sabemos sequer imaginar.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

A Geoeconomia dos Gramados

A arte nos gramados e a diplomacia corporativa compartilham uma regra de ouro: o desenho tático dita os rumos antes de a bola rolar. Na Copa do Mundo de 2026, as chaves do torneio expõem as feridas históricas da nossa inserção econômica global. Liderando missões comerciais dentro e fora do governo, sempre analisei o mercado sob a ótica de um esquema de jogo: para vencer nos campos ou nos negócios, a estratégia é essencial.

O Brasil joga em uma “retranca estratégica”, exportando biomassa barata e importando inteligência manufaturada. A soberania econômica não se mede em toneladas despachadas, mas no controle dos canais de distribuição e no valor percebido. Frente a gigantes como EUA e Alemanha, nossa passividade é evidente. Nos EUA, mesmo com vendas de US\$ 37 bilhões, o déficit atingiu US\$ 7,5 bilhões por manufaturados complexos. Com a Alemanha, enviamos café e soja para importar US\$ 14 bilhões em maquinários e insumos farmacêuticos.

Esse padrão se replica com o Marrocos, nosso adversário no torneio e o aparente empate não ocorreu apenas dentro de campo. A corrente de US\$ 2,8 bilhões (US\$ 1,39 bilhão de cada lado) esconde profunda assimetria: entregamos açúcar e melaços (66% dos envios) para receber fertilizantes (84% das importações). Exportamos caloria barata e importamos a tecnologia que alimenta nossa terra, enquanto o hub deles em Tanger Med dita as margens de lucro regionais.

O nó tático se acentua no Grupo A